

VIVA O POVO BRASILEIRO: UM CANTO DE REGRESSO À CONSCIÊNCIA FEMININA

Ângelo Barroso Costa Soares

Universidade do estado da Bahia - UNEB

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

angelobarroso@terra.com.br

RESUMO: Ao reexaminar a posição da mulher negra na literatura brasileira, busca-se analisar a sua representação, visto que os estudos atuais buscam entender, descentrar e reelaborar os discursos de uma literatura patriarcal, gnóstica e misógina. Assim, Vivia o povo brasileiro tem como background a Bahia, onde se trava um libelo contra os desmandos da política e do mandonismo. A literatura no século XX possibilitou o aparecimento de uma nova imagem de mulher, agora está na posição de fêmea guerreira.

PALAVRAS CHAVE: mulher, identidade, nação.

Os conceitos de cultura e identidade são universais que supunham caracterizar a humanidade. Entretanto, conceituar cultura como sendo um acervo de realizações intelectuais, artísticas, científicas, produzidas dentro de um determinado espaço nacional diz muito pouco. Trata-se de um conceito estático, que não contempla o dinamismo das mudanças e transformações sociais e humanas.

Cultura e identidade se vinculam no instante em que este último acolhe o fenômeno da diversidade social que está implicado no conceito de cultura. Desta forma, o trabalho de investigação se torna mais complexo, pois devemos compreender o sentido da diversidade social que subsiste em cada cultura.

Em se tratando de cultura brasileira, ressalta-se aí uma complexidade, quando se constata uma busca constante do seu próprio conceito. Segundo João Hernesto Weber, “Falar em cultura brasileira é abrir um debate salientando a seguinte questão: o que pode



ser considerado manifestações de cultura brasileira?”¹ Tal questão tem como propósito repensar o discurso acerca da cultura brasileira, o qual tipifica o “homem brasileiro”, como se fosse possível estabelecer um modelo de homem para cada espaço geográfico.

Assim, perguntamos: que tipo social deve ser o parâmetro da nacionalidade? Acredito que nenhum tipo, pois o traço constante em nossa cultura foi o da apropriação e reelaboração. Assim, não podemos falar em tipos sociais, uma vez que as categorias estão constantemente perfazendo o seu caminho em busca da própria identidade.

Se pensarmos a nossa cultura pelo viés da apropriação e reelaboração, observamos que, na fase colonial, as elites do país se apropriaram de uma cultura europeia aristocrática, enquanto os santeiros de origem mestiça reelaboraram o catolicismo das elites na criação da imaginária barroca. No Império, os salões aristocráticos se apoderaram do lundu popular², e as classes populares adotaram a modinha.³ Na literatura, José de Alencar e Gonçalves Dias se apropriaram do índio, tornando-o modelo de uma imagem idílica no Brasil, baseado no cavaleiro medieval europeu.

Por esta razão, fica inviável o rótulo “tipo nacional”. Como coloca Dante Moreira Leite: “É urgente e necessário desmontar o mito de um ‘caráter nacional’ brasileiro. Trata-se de um enfoque anticientífico dizer que o homem brasileiro é desta ou daquela maneira”.⁴ Em outras palavras, para que possamos estabelecer uma investigação acerca da cultura brasileira, faz-se necessário privilegiar os conflitos e antagonismos sociais, para que a nossa participação social seja mais conseqüente e coerente.

Ao longo dos séculos, o homem lutou em prol das questões sociais, políticas e econômicas e fez da literatura a sua arma de combate contra os instrumentos opressores da civilização. Hoje, no contexto denominado pós-modernidade, busca-se o emergencial, o agora, como investigação da existência humana. A pós-modernidade é biocêntrica, ao se

¹ Ver João Henesto Weber. A Nação e o Paraíso. Florianópolis, UFSC, 1997.

² Oriunda da África o lundu chegou aos salões brasileiros e teve o seu esplendor em fins do século XVIII e começos do século XIX.. A partir deste século esta dança ganhou forus de canção solista, influenciada pela modinha.

³ Da Segunda metade do século XVIII até 1850 a modinha foi um gênero de romança inspirada na ária de ópera italiana. Depois de 1850 ela passou a ser gênero de cantiga popular urbana, com acompanhamento de violão.

⁴ LEITE, Dante M. O caráter nacional brasileiro. R.J.: 1983.



propor a valorizar a vida, a natureza, o pessoal integral, as culturas dos diversos grupos minoritários, a relação afetiva, o mundo simbólico, as causas concretas e imediatas, a emergência da mulher como sujeito sexual e social, a comunicação com o corpo, o respeito à individualidade e subjetividade, o imaginário, o irracional e o imediatismo, como formas de compreender o homem.

Contudo, na construção dessa consciência histórica, muitas vezes a tradição sucumbiu os desejos e liberdades do indivíduo. O discurso fundador atuou em determinados momentos da história brasileira com o intuito de unificar em torno de seus mitos, de seu imaginário e da sua ideologia a palavra hegemônica que ocultava o outro, e, conseqüentemente, representava-o segundo a sua própria ótica. Certos escritores, ao elaborarem suas escrituras sobre a fundação do projeto nacional, dão início à construção da idéia de nação. Tais textos, denominados de “discurso fundador”,⁵ trazem sob uma aparente sutileza os mecanismos de ocultação e de invenção do outro. Estas primeiras imagens sobre o Brasil vão constituir uma espécie de modelo do espaço americano. Por isso, para se fazer uma releitura desses textos, é preciso encontrar a origem da ideologia da hierarquização dos povos e das culturas.

As crônicas de viagem foram os primeiros textos escritos no espaço americano. Tais crônicas tinham como referencial a descrição minuciosa dos aspectos que compunham a terra: flora, fauna e homem. Essas descrições tinham como lastro a diferença com o sentido dicotômico, ou seja, era preciso salientar as diferenças da flora e da fauna em relação à Europa, bem como os hábitos dos silvícolas. Sabe-se, todavia, que em todo processo comparativo subsiste um modelo preestabelecido como correto. Daí a força legitimante das crônicas de viagem, que instituem a função sacralizante do discurso colonizador.

Muitas vezes, essa função sacralizante peca por lançar um olhar exótico sobre o outro. Segundo Todorov, “o exotismo pratica um conhecimento de superfície e faz elogios do outro, em grande parte baseado no desconhecimento ou em um conhecimento

⁵ Terminologia usada por Zilá Bernd no ensaio “*Literatura e americanidade*,” IN: *Literatura e americanidade* organizada por Zilá Bernd e Maria do Carmo Campos. 1995, p. 11-14.



meramente superficial”.⁶ A visão exótica de que fala Todorov encontra-se n’*As Singularidades da França Antártica*, em que André Thevet observa o novo mundo pelo viés da estranheza e bizarria, representando a imagem do índio pela estereotipia negativa associada aos “selvagens”.⁷ Afirma Thevet: “Como se não lhes bastasse viver nus, pintar o corpo com diversas cores e arrancar-se os pêlos, os selvagens também se tornam ainda mais disformes porque, quando ainda jovens, furam os lábios com certa planta muito aguçada”.⁸

Vinte anos depois, o cronista Jean de Léry suas impressões sobre o novo mundo. Mesmo tendo uma concepção “progressista” em relação a Thevet, não deixa, contudo, de introduzir passagens quase idênticas às de *As singularidades*. “Não abominemos portanto demasiado a crueldade dos selvagens antropófagos. Existem entre nós criaturas tão abomináveis senão mais, e mais detestáveis que aquelas que só investem contra nações inimigas de que têm vingança a tomar.”⁹

Aí o “outro” se apresenta como objeto confundido com o mundo, quando poderia compreendido como um “sujeito, diferente do eu” (Todorov, 1982). Retraçar a história da literatura brasileira é, intencionalmente, denunciar a ausência deste sujeito, diferente do eu. O projeto literário de José de Alencar, que corresponde ao estágio fundacional, vai em busca das raízes, dos mitos fundadores e das genealogias, num movimento de negação do outro.

Alencar colocou em prática os movimentos recíprocos de desculturação/aculturação de duas etnias inaugurais do povo brasileiro: o branco e o índio. Esse escritor intentou um grande projeto focalizando a construção da “nacionalidade brasileira”, no qual eleva o “selvagem” à categoria de herói, ou seja, o que possui qualidades titânicas. Contudo, está claramente definida nesta linha de projeto alencariano a invenção de um discurso que apaga os traços do autóctone, numa visão míope e etnocêntrica, ao não aceitar o diferente que há no outro. Para o autor, em *O Guarani* “o

⁶ TODOROV, V. A conquista da América (a questão do outro) S.P.: 1983.

⁷ Este termo além de se usado no sentido “aquele que vive na selva”, trás uma conotação de ignorância, brabeza, rudeza.

⁸ THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Itatiaia, 1978.

⁹ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Itatiaia, 1980.



selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetaram os restos embrutecidos da quase extinta raça.”¹⁰

A obra de Alencar comprova que as rupturas se operam dificilmente no campo das idéias e que o discurso hegemônico impõe e legitima certos pensamentos como “grandes pensamentos”, os quais são responsáveis pela dita “literatura nacional”. Afirma Alencar no prefácio ao romance *Sonhos d’ouro*: “A literatura nacional, que outra coisa não é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço, e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização.”¹¹

Na contemporaneidade, a crítica cultural procura corrigir esse “esquecimento” em relação buscando identificar as vozes das minorias: homossexuais, índios, negros, agora como sujeitos da própria história. Nesse sentido, João Ubaldo Ribeiro promove uma outra versão do país, reexaminando a sua história e, conseqüentemente, desconstruindo os estereótipos em nossa cultura e reforçados em alguns momentos da literatura. Destaco aqui o lugar da mulher negra, que fora colocada numa condição marginal.

Em *Viva o povo brasileiro* (1984), João Ubaldo Ribeiro reescreve a mulher na posição de mito guerreiro, fazendo-a portadora de um discurso que desmistifica e desloca os discursos subjugadores da condição feminina. Esta configuração personímica ratifica as palavras do escritor na epígrafe da obra: “O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias.” Estes discursos subjugadores são entendidos como toda e qualquer construção ideológica que tente apagar a história das minorias no espaço multicultural. No entender de Maria de Fátima Berenice da Cruz, a construção da personagem Maria da Fé despertou duas possibilidades de leituras que assim se apresentam:

A obra *Viva o Povo Brasileiro* abre um espaço intervalar para que a referência mística da raça, possa pensar a consciência do povo que se quer brasileiro. Este é o objetivo da mulata

¹⁰ José de Alencar, *Como e Por que Sou Romancista*, IN: Caminhos do Pensamento Crítico. 1974.

¹¹ José de Alencar, *Sonhos d’ouro*. Ática, 1982.



Maria da Fé, que é vista pela sociedade branca como bandida e malfeitora, aquela que semeava o terror e a desordem. Todavia, Da Fé é uma espécie de versão feminina de Zumbi dos Palmares e Antônio Conselheiro que, retirando-se para o espaço intocado do Sertão, tenta unir os negros em torno da valorização de sua cultura e da revitalização de sua linguagem, vistas pelos brancos como bárbaras.¹²

Assim, o escritor transpõe as barreiras que impedem o discurso feminino e o capacita de poderes para que essa mulher repense não só a situação da raça negra, como também de toda a população brasileira que internalizou uma visão etnocêntrica sem se dar conta da necessidade de renovação da sua consciência política.

Ao longo da história da literatura brasileira, o silêncio foi o grande norteador da construção identitária da mulher. Como vítima desse silêncio, ela sempre se comportou, seja na ficção seja na história, como sujeito obediente frente às imposições de uma cultura patriarcal. Daí a condição de subserviência e discriminação, por que passou a mulher, reduzida a um elemento objeto da obra literária. Em se tratando de mulher negra, seu papel como personagem na literatura brasileira foi sempre estereotipado e reduzido. Em *Viva o Povo Brasileiro*, a personagem Maria da Fé, sublevando toda a ordem vigente, usa a sua voz para recontar a história do Brasil do ponto de vista da raça negra.

Há nesta obra uma necessidade de pensar a história brasileira e a heroicização, que sempre foi o esteio do discurso fundador. Surge, então, do meio das estruturas marginais da sociedade brasileira uma voz que conduz o homem a um lugar de reflexão acerca da sua situação de homem, de cidadão e de filho de uma pátria que se diz mãe. Maria da Fé fala de um lugar que refaz o conceito de nação, tecida em torno de cristalizações como cangaço, messianismo, povo, República e outras. Ao ser julgada por um Tenente do exército como bandida, Maria da Fé assim responde:

Como queria o senhor que um povo conservado na mais profunda ignorância pudesse compreender que não é a República a responsável por tudo de mau que lhe vem

¹² *Viva o povo brasileiro: uma escrita sobre o palimpsesto da cultura* (dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003).



acontecendo? Se tudo piora, se a miséria aumenta, se a opressão se faz sempre mais insuportável, se a fome e a falta de terras são o destino de cada dia, enquanto os senhores salvam a Nação na Capital, escrevendo leis para favorecer a quem sempre foi favorecido? Se nada deve o povo à Monarquia, menos ainda deve à República. Que nos dá República? Manda o seu exército para nos matar. Se não nos rebelássemos, que nos mandaria? Mandaria a fome para nos matar. (563-564)¹³

Avançando este panorama, com vistas a esboçar as primeiras linhas de força das obras que refletem sobre a formação do povo brasileiro, surge *Viva o Povo Brasileiro* (1984) de João Ubaldo Ribeiro, desdobrando questões postas pelo modernismo e amadurece a reflexão.

Num contínuo jogo intertextual, esse romance se constrói como um afresco da história brasileira, com o propósito de repensar esta narrativa histórica. Nessa obra, a transgressão do discurso se dá no momento em que alguns conceitos de viés homogeneizante são revisitados. Neste sentido, a questão do povo brasileiro é empregado em duas acepções, dividindo as personagens em dois pólos opostos. De um lado, as elites utilizam e se referem ao “povo” com o valor pejorativo. De outro, as classes subalternas recuperam o sentido daquele grupo de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, uma história e tradição comuns e que constituem o corpo de uma nação.

Em contraponto a esta voz, ecoa outra, que veicula o conceito de povo segundo a ótica dos poderosos, o qual exclui os negros e mestiços. Amleto Ferreira pontua claramente estes dois pólos antagônicos que dicotomizam o conceito de povo. Ele diz: “Que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros”.(V.P.B. p. 244-245). Dando continuidade ao discurso, esclarece o significado de povo: “Que somos hoje? Alguns poucos civilizados, uma horda medonha de negros, pardos e bugres. Como alicerces da civilização, somos muito poucos, daí a magnitude de nosso labor”(V.P.B. p.245)

¹³ Cf. *Viva o povo brasileiro* (1984) p. 563-564.



Podemos observar, com estas citações, que nesse tecido literário coexistem forças opositoras, mas necessárias, para que o plural de vozes possa apresentar-se neste momento de revisitação da cultura. Aí, as vozes não têm como objetivo irmanarem-se. A elas foi dado um espaço igual, para que possam edificar/apresentar o seu discurso.

É a partir desta possibilidade de construir o discurso que o conceito de herói se forma. A personagem Amleto Ferreira afirma que “como alicerce da civilização, somos muito poucos, daí a magnitude de nosso labor”(V.P.B.). Está implícita neste discurso a construção de uma nação a partir da afirmação da identidade nacional, a qual se funda num patrimônio de mitos e feitos históricos com seus respectivos heróis.

O projeto ubaldiano desmascara o processo de mistificação que sempre cerceou a formação da história brasileira e a sua construção de heróis. Neste processo, J. Ubaldo Ribeiro apresenta o inopinado herói, José Francisco Brandão Galvão, morto de maneira acidental e imediatamente, edificado herói. Em seguida, numa manobra explícita de violar os textos fundadores, o autor apresenta o obscuro Perilo Ambrósio, sinônimo de traição e desonestidade. E contracenando com estes heróis, surge a mulata Maria da Fé, que abre uma reflexão sobre o conceito de povo e nação. Esta reflexão resume a tomada de consciência coletiva de que há meios de lutar contra a opressão. Maria da Fé questiona a autoridade e a implantação da república para um povo que não possui liberdade e justiça.

O que é a autoridade? De onde tiraram sua autoridade? O que foi que mudou depois da República, que progresso houve, que horizonte se abriu para o povo? O que é que vocês sabem, além de matar, espezinhar, humilhar e negar a liberdade e a justiça? (V.P.B. p.564)

Em suma, a construção do herói nesta narrativa difere da de José de Alencar, uma vez que este não pretende construir uma figura representativa da pátria. A feição do herói ubaldiano é justificada pela intenção do autor em extrair das classes subalternas da sociedade brasileira aqueles que possam refletir sobre a condição de miséria e exploração por que passa o povo brasileiro. Eis aí a síntese da cultura por um processo de singularização.



Estudar uma obra requer, de início, o levantamento e investigação dos fatores que sustentam-na. Tais fatores são denominados de internos e externos. Geralmente, as investigações literárias se debruçam sobre os fatores internos, pois estes dizem respeito às zonas indefiníveis e misteriosas da obra literária, permitindo desta forma a livre inserção do pesquisador nos meandros do fato literário.

Todavia, os fatores externos existem à margem do texto e não podem ser desconsiderados. Para elucidação destes fatores externos, se faz necessário pensar a literatura pelo viés da sociologia da literatura. A sociologia da leitura no Brasil abre um filão que permite compreender, hoje, o papel do escritor e do público frente às temáticas que se esboçam ou que se renovam a cada dia.

Nesse contexto, ao reexaminar a posição da mulher negra na literatura brasileira, busca-se analisar a sua representação, visto que os estudos atuais buscam entender, descentrar e reelaborar os discursos de uma literatura patriarcal, gnóstica e misógina. Assim, *Viva o povo brasileiro*, narrada por um escritor baiano, tem como *background* a Bahia, onde se trava um libelo contra os desmandos da política e do mandonismo de um sistema inicialmente feudalizante, depois patriarcal e coronelista e finalmente militarista.

Sabemos que o patriarcalismo teve início antes mesmo da formação da civilização ocidental. Ele institucionalizou os direitos dos homens para controlar e se apropriar dos serviços sexuais e reprodutivos das mulheres. A partir desta ordem social e ideológica, o homem se estabeleceu como a norma, e a mulher, como o desvio.

Todavia, a literatura no século XX possibilita o aparecimento de uma nova imagem de mulher, ou seja, dentro de uma ordem simbólica, ela não é mais considerada como a representante da escuridão e do caos – Lilith, nem como representante de uma natureza elevada, através da imagem da Virgem Maria. Agora está na posição de fêmea guerreira.

Para pensar o conceito de identidade, um caminho proveitoso é a narrativa, pois definir-se é, em última análise, narrar. Uma coletividade ou um indivíduo se definiria, portanto, através de histórias que ela narra a si mesma, sobre si mesma e, destas narrativas,



poder-se-ia extrair uma definição em que esta coletividade se encontra. Portanto, a construção da identidade é indissociável da narrativa e, conseqüentemente, da literatura.

Segundo Benedict Anderson, em *Nação e consciência nacional*, as instituições nacionais não estão ligadas apenas a territórios, povos e governo, mas são também produtos conceptuais. A nação, além de ter um limite geográfico, possui um limite ideal, e as narrativas nacionais e fundacionais têm contribuído para essa produção ideológica, a partir da construção de um campo de significados e símbolos associados com a vida nacional, que garantem permanentemente a construção da idéia de nação e identidade.

A ficção literária, que antecede a produção dos escritores do século XX, procurou estabelecer este projeto de uma construção nacional inserida no âmbito do patriotismo, em que as figurações da pátria condiziam com a inserção de um nacionalismo vocabular e essencialista nas narrativas de fundação. No caso específico da figura mulher, a ela associava-se a imagem de uma nação a ser bom ventre para a fecundação e boa terra para a produção e formação de bons cidadãos. O escritor, a exemplo de Alencar, elaborava a sua construção discursiva da nação, *pari passu* à construção ideológica da mulher-mãe.

De acordo com esse olhar, a mulher assume um papel importante para a nação, porque seria a própria mulher consagrada à prole. Dela sobreviria o fervor religioso, o zelo aos filhos e a lealdade ao marido. Dentre estas atribuições, ainda responsabilizava-se pelo embranquecimento da raça e a manutenção educacional de meninos e meninas. Sendo estas últimas, responsáveis em dar continuidade à unidade estabelecida pela mãe no passado; e àqueles, seria dada a responsabilidade de se tornarem o pai da nação ou governante da família.

Cultural e historicamente, passou-se a se formar um ideal para o ser mulher, derivado de um mecanismo de construção ideológica. Por isso, acreditamos que assim como “as nações são narrações”, o sentido atribuído às mulheres também o é, já que estas se constituem numa comunidade imaginada, vindo com o tempo se tornar um corpo escrito sob a ótica do masculino. Por tal razão, a construção feminina derivou da negação das três características ideais de uma nação: ao invés de soberanas, eram dependentes, ao invés de



construídas, foram definidas e, finalmente, aprenderam que, diferentemente da nação, não tinham o direito de ver o cidadão morrer por elas.

Ainda nesse modelo de literatura que permeou até o princípio do século XX, não se tem notícia da participação de mulheres em guerras onde defendessem o solo pátrio. Às mulheres, quando muito, cabia-lhes o dever de ser terra-mãe, forte, nutriz e educadora.

É a partir dessa definição de mulher, cultivada pela literatura, que apresentaremos o esboço do feminino que se estabelece nos dias de hoje em escritores como João Ubaldo Ribeiro. Em *Viva o povo brasileiro*, João Ubaldo parece tomar o famoso axioma de Simone de Beauvoir, “uma pessoa não nasce, mas se torna uma mulher”, para explorar e expor a maneira como normas culturais inibem o pleno desenvolvimento da mulher e a colocam numa posição dependente e subalterna.

Viva o povo brasileiro é uma narrativa irônica e paródica, que dá, com sucesso, um toque pós-moderno às discussões de gênero e celebra o irreprimível prazer de viver de seus personagens, embora vivam num emaranhado de lutas e dissabores. Ao escrever um romance trazendo à cena a alteridade, o autor oferece uma nova perspectiva da qual se pode ver que **masculino** e **feminino**, **original** e **outro** são meros indicadores, sem qualquer significado básico ou essencial. A mudança e o disfarce da identidade servem, ambos, para demonstrar que a noção de identidade, como é compreendida pela sociedade, constitui uma criação patriarcal e baseia sua autoridade na crença de uma origem e que essa origem é o falo. Em uma cultura dualística e patriarcal, o homem precisa da mulher para definir-se. Por conseguinte, se a mulher quiser definir-se fora dessa estrutura masculina, deverá encontrar uma nova base para sua identificação pessoal.

Maria da Fé aparece no romance cercada de símbolos e mistérios. A sua concepção se dá por meio de um estupro. Contudo, esse evento ocorre na véspera da festa de Santo Antônio; esse marco já assinala o diferencial que preexiste na chegada desta menina. A criança Dafé nasce, como já foi dito anteriormente, numa sexta-feira bissexta, e esse fato serve de lastro para que a personagem se immortalize. A construção desta personagem representa uma nova possibilidade de voz e vez para a narrativa latino-



americana. Maria da Fé não é apenas uma personagem que se imbui de coragem para lutar pelo povo brasileiro.

A voz de Maria da Fé é profética como o instante poético. Ela conclama ao povo para que este abra a sua cabeça. Para esta mulher, no dia em que as cabeças forem abertas, certamente as verdades serão questionadas. Maria da Fé não poderia ser substituída por um elemento masculino. Frente a leitura que se faz deste personagem, Maria da Fé não é mais uma simples personagem revolucionária que insurge-se contra os poderes constituídos. Maria da Fé é uma construção ideológica que pensa a narrativa, o narrador e a nação.

Esse posicionamento da protagonista, pelo qual os discursos do desejo são construídos, é um dos artifícios de João Ubaldo para discutir os conceitos de nação e identidade, tendo como suporte o olhar feminino. Assim, no intuito de perpetuar a luta em busca de uma construção permanente destes conceitos, o escritor eterniza a protagonista Maria da Fé transformando-a em um ser que deambula por entre povos e culturas no afã de conscientizar o homem em sua construção de identidade.

A afirmação que caracteriza o Brasil como “país dos contrastes” é uma das mais repetidas. No entanto, esses contrastes da vida nacional sempre ficaram à margem dos relatos oficiais. A miséria, o negro e a mulher são exemplos dessa inclinação. Enquanto as páginas oficiais da história procuram acentuar os períodos de riqueza e heroísmo masculinos, atenuando as presenças da pobreza e da voz feminina, algumas páginas literárias estamparam o desagradável reverso da moeda.

Este é o caso de *Viva o povo brasileiro*, escrito durante o período de abertura política no Brasil. Ao narrar a história do povo brasileiro, o escritor lança um olhar crítico sobre o país, explorando temas que contestam de alguma forma os poderes constituídos. Logo, é através da ficção que João Ubaldo Ribeiro promove a releitura do projeto literário nacional, ao qual se incorporam as diferenças étnicas, culturais, sociais e religiosas que habitam o Brasil do século XVII ao século XX.

Unindo sua voz às de outros personagens, esse escritor reivindica uma nação plural, aberta à discussão e à possibilidade de mudanças. Ao fazer, portanto, do seu discurso literário a expressão de todas essas vozes marginais que ecoam na nação brasileira



para contestar um *status quo*, insere sua escrita no campo político, cumprindo um dever atribuído ao escritor pertencente ao mundo “descolonizado”, isto é, exigindo que a consciência nacional enfrente os desafios que se erguem a cada dia na vida do povo brasileiro.

Este trabalho de pesquisa ensaia uma análise da narrativa ubaldiana como um palimpsesto da cultura brasileira, mostrando que o texto ficcional tem o poder de abolir as fronteiras entre a realidade narrada pela obra e a realidade exterior a ela. Esse procedimento narrativo culmina no questionamento da natureza do que se chama de mundo real. Assim, percebemos que o escritor, rejeitando a função de representar uma realidade exterior (como na tradição realista-naturalista) ou de expressar o interior do homem (como na tradição romântica), questiona as circunstâncias de suas próprias possibilidades e libera o texto de um significado já estabelecido, explorando a abertura da linguagem aos múltiplos sentidos, às contradições e aos paradoxos.

Nem espelho da realidade social nem espelho da alma, *Viva o povo brasileiro* constitui fragmentos de espelhos que refletem as máscaras do país. E como um jogo de espelhos entre múltiplos discursos, numa interminável reescrita de falas, apresenta também uma desconstrução da pessoa que fala, numa reelaboração da crítica modernista às tradicionais idéias românticas sobre autoria, autenticidade e originalidade. Enquanto discurso paradoxal e ambíguo, cujo sujeito ora desaparece na rede infinita de simulacros, ora reaparece com a segurança do narrador, o texto permite ao leitor perceber que a subjetividade se constrói permanentemente por meio de códigos, textos, imagens e outros artefatos culturais.

Em suma, diante do texto fragmentado, descontínuo, ambíguo, onde as fronteiras entre sonho, alucinação, realidade, memória e ficção são suspensas, resta ao leitor promover a construção dos significados da obra, tornando-se também autor da obra literária.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. Ática, 1982.



ALENCAR, José de. *Como e Por que Sou Romancista*, IN: Caminhos do Pensamento Crítico. 1974.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BERND, Zilá. *Literatura e americanidade*,. 1995, p. 11-14.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. (Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima).

CRUZ, Maria de Fátima B. *Viva o povo brasileiro: uma escrita sobre o palimpsesto da cultura* (dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural da Universidade Estadual de Feira de Santana), 2003.

LEITE, Dante M. *O caráter nacional brasileiro*. RJ: 1983.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Itatiaia, 1980.

Reis). Belo Horizonte: UFMG, 1998 (Humanitas).

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro* (1984).

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Itatiaia, 1978.

TODOROV, V. *A conquista da América (a questão do outro)* SP: 1983.

WEBER, João Henesto. *A Nação e o Paraíso*. Florianópolis, UFSC, 1997.

